

GUERRISTAS E ANTIGUERRISTAS

AO POVO

GUERRA Á GUERRA

Abaixo da 1916

O povo português, que se extorce famélico, que morre à míngua de pão, acorda de ser impellido a cooperar na mais horrível e sangrenta carnificina que tem empolgado a humanidade.

Os senhores da governação, à ordem do governo britânico, lançaram este mísero povo na cadeia universal.

Neste momento, em que está definida claramente a situação e a quebra da neutralidade lusitana é já um facto, é necessário, mais do que nunca, reiterarmos as nossas afirmações anti-guerristas.

TRABALHADORES: — Homens ou mulheres, não deixeis de urgentemente escutar o vosso protesto enérgico.

Proletários, não dispis a blusa nobilitante do trabalho para envergardes a farda maculante de assassinos. Não marcheis para a guerra, não respondais à ordem da mobilisação. A vida, o bem-estar da vossa família assim o ordena.

O desapareço das vossas companheiras, os vossos filhos suplicando pão, ou vossos velhos pais na miséria será o resultado infalível da partida, pois que sois vós o seu amparo único.

MULHERES: — Mães, esposas, filhas ou namoradas, oponde-vos como leões à marcha dos vossos entes queridos. Não queirais que vão buscar a morte aos campos da batalha deixando-vos mergulhadas numa miséria através e na perpétua dor.

Mulheres, almas cândidas, corações singelos, apelmus para os vossos sentimentos!

Mães! não deixeis arrebatrar vossos filhos do convívio doce do lar, imolados às crueldadíssimas e sanguinolentas guerras para gaudío dos exploradores do povo.

Soldados! à juventude audaz, reflecte, pondera, e vem confraternisar com a multidão de famintos a que pertenceis, que é a tua família subjugada.

O gente moça, ó produtores honrados! já que vos fizeram depór a ferramenta do labor que enobrecce, para empunhares a clava sangrenta que macula, vai, vai ferir, mas ferir de morte os teus impudicos inimigos.

Vai ter as armas, aniquilar vidas, mas não olvides que teus inimigos mais fevzes, os teus inimigos únicos, não se encontram além fronteiras, mas que vivem no solo que te foi berço.

Esses, a casta sordida de burgueses anafados,

que engostam enquanto estalas de miséria é que devem ser o alvo da tua pontaria certaíra.

Que o povo português — diz-se — para honrar compromissos internacionais, tem de jogar o seu destino, compartilhando da tragédia espantosa que se desenrola ferozmente nos campos ensanguentados da Europa.

Mas que tem o povo, o povo que labuta e morre de miséria, com compromissos que não tomou, com tratados que desconhece, com negociações para que não foi consultado!

Tudo balelas com que se pretende ferir mais fundo o nosso já misérrimo viver. O povo produtor nada tem com alianças políticas e negociações diplomáticas.

A aliança que lhe deve interessar, e para que deve agir, é a aliança imelrita, potente, inquebrantável de toda a família proletária contra a burguesia dominante.

Tu, povo da região portuguesa, que vens sendo flagelado pelas consequências económicas da guerra, não queiras a tua miséria acrescida, com a breve partida de teus filhos.

A carestia da vida, obra dos açambarcadores sem escrúpulos, assume proporções assustadoras e os que osam rebelar-se contra este estado de coisas, saindo à praça pública na exteriorisação de protestos indignados, tem de defrontar-se com as manras dos defensores da ordem ao serviço da burguesia imperante.

Quando os homens do governo promovem uma escalada afrontosa a toda a liberdade de pensar, fechando arbitrariamente organismos obreiros, estabelecendo a censura prévia e enchendo as masmorras da república de mil peitos revoltados, é que se pretende arrastar os trabalhadores deste país para o massacre estupendo.

Não, o povo não quer a guerra.

TRABALHADORES: — Homens, mulheres ou crianças, ergnei um clamoroso e unânime grito de revolta justificada.

A guerra só tráz luto, miséria, pranto e dor. As casas incendiadas, as mulheres entregues à sede dos estupradores, as crianças estorcendo-se na dor, é o pavoroso espectáculo que nos espreita.

Mas não, a massa proletária descendo dos tugúrios em que apodrece, na demonstração da sua nudez, na exposição dos corpos esqueléticos, há-de saber gritar grandemente, num clamor atrozante e impávido:

**Abaixo a guerra!
Viva a humanidade livre!**

«A AURORA» E O ANTIGUERRISMO (1914-1918)

por MARIA MANUELA LIMA SANTOS
e OLGA MARIA VASCO RIBEIRO

O presente artigo pretende realizar uma análise do jornal *A Aurora*, do Porto, num sentido lato do internacionalismo socialista libertário. Tentaremos simultaneamente um contacto directo com o referencial psico-sociológico anarco-sindicalista, o de um comportamento sensível comum, portanto, de um complexo mental colectivo de interesses e objectivos convergentes.

O nosso propósito é salientar as ilusões, as paixões, os mitos e os eventos do tempo curto, sem esquecer tudo quanto releva da representação sensorial, é enfim, o estudo do imaginário, domínio tão real, como o da realidade.

Mas retenhamo-nos um pouco nos aspectos formais relativos à publicação de *A Aurora*. O seu aparecimento surge em 1910 na senda substitutiva de *A Vida*, devido à urgência de um órgão de imprensa porta-voz do grupo Aurora Social e, mais tarde, de Propaganda Libertária (do qual era propriedade). Publicava-se todas as quintas-feiras, mas o seu formato foi variando consoante os fundos de maneio existentes. Daí também a variação do número de páginas. No que concerne ao período em causa, iniciado em Abril de 1914, assinala-se o preço de 10 réis (verba que ascenderá a 20 réis a 11 de Fevereiro de 1917), a disposição em quatro páginas de formato médio. Ressalte-se, ainda, como redactor principal, António Alves Pereira com que depararemos, adiante, na representação do grupo Aurora Social e Propaganda Libertária, ao Congresso de Ferrol¹.

Em 11 de Março de 1917, aquele ver-se-á substituído por Manuel Joaquim de Sousa, cuja função será efémera visto um ano depois (em 17 de Março de 1918) o seu lugar pertencer já a A. Gomes do Amaral.

O papel de editor alternar-se-ia entre Maciel Barbosa e Norberto Teixeira de Carvalho, não obstante serem todos companheiros de luta.

Uma alteração, mais formal que material, sofrerá *A Aurora* a partir de 1915. O formato será pequeno e o número de páginas rondará oito, situação que se modificará a 3 de Dezembro de 1916 para o formato maior de todos os que consultámos.

Os eventuais lugares de venda eram múltiplos, nomeadamente na capital, a referir entre outros, os seguintes:

- Tabacaria Prazeres: Largo de Graça; Tabacaria Vouga: Rua da Prata; Tabacaria Saraiva: Travessa de S. Domingos; Quiosque de Alcântara; Tabacaria e Papelaria de António Lopes G. da Costa: Rua do Loreto².

Porém encontramos menções a outros locais de venda espalhados por diversas zonas do país, como Aveiro, Beja.

A Grande Guerra e a cisão do movimento operário

Na opinião de *A Aurora*, existem duas atitudes a considerar frente ao factor bélico: aqueles que encaravam a conflagração como um estádio degradado do imperialismo mas que, todavia, contribuía para acelerar esse facto. A segunda posição abrangia todos os que mantinham, frontalmente, uma condenação do conflito, que alimentava o regime totalitário e opressor capitalista³.

Ora, esta dicotomia do movimento operário, acentuava-se em dissensões fatais, quantas vezes inoportunas, como ficaria demonstrado no decorrer da contenda. Por um lado, os socialistas registavam uma homogeneização para a tendência de compromisso com os governos da «União Sagrada». Por outro, os anarco-sindicalistas pretendiam uma condenação alargada de actividades guerristas.

Porém, apenas uma escassa parcela do operariado colaborava regular e activamente o que desanimava os grupos dirigentes de cada organização. Os restantes permaneciam imbuídos de um «separatismo» e isolacionismo que excluía, como suspeito, qualquer indivíduo não adstrito à «seita». Comunistas, socialistas, católicos progressistas e anarco-sindicalistas desenvolviam uma luta à parte, isto em consequência, talvez, das fortes tradições corporativas e de pequena produção parcelar, mantidas até muito tarde em diversos países europeus — senão a nível jurídico-institucional, pelo menos nas suas reminiscências sócio-económicas.

Cite-se o exemplo dos que se perdiam em argumentos teórico-conceptuais sobre a estratégia correcta a seguir na intervenção operária, salvaguardando as doutrinas e os dogmas, quantas vezes antagónicos entre si. A sua coesão e força era ameaçada pelas trade-unions que preferiam uma tática defensiva, na esfera económica da negociação colectiva e contratual — de prosseguimento da intervenção política no regime burguês liberal parlamentarista, de apelo e assentimento ao sistema eleitoral — consubstanciando-se a greve como arma superior e vantajosa.

Reprovando o sistema, os anarquistas denunciavam a «charlatanice» dos denominados «educadores» do proletariado, pretensamente «inocentes como pombas»⁴.

Este «confusionismo» do Internacionalismo sofismado ajudava o triunfo da burguesia liberal⁵ que podia, sem receios, aprovar o «socialismo» (sic)⁶.

Para os anarquistas era chegada a hora de descruzar os braços⁷ e aniquilar as parciais «opiniões nacionais», naquilo que denominavam como «comédia de responsabilidades»⁸. Neste enquadramento situava-se Kropotkine (note-se que o seu nome aparece transcrito ora Krapótkine ora Kropotkine), o qual afirmava que a guerra não destruiria a Internacional, nem a sua luta contra a centralização do Capital e do Estado, pelo garante da socialização das riquezas. Ela dever-se-ia repensar, segundo moldes inovadores, pugnando pelo federalismo, contra a neutralidade revolucionária, sinónimo de cumplicidade⁹.

Tratava-se, no fundo, de uma guerra de interesse e para tanto os capitalistas apelavam ao socorro dos «socialistas». Com efeito, o Partido Social Democrata Alemão, germinado após a fusão do Congresso dos Sindicalistas em Gotta (1875), era um bom exemplo de tal via de compromisso. Sendo um dos melhores organizados e disciplinados da Europa, facto a que não se alheava a figura carismática do seu chefe, Augusto Bebel, sofreu um abalo retumbante aquando da morte deste em Agosto de 1913 — um ano depois da obtenção de 110 representantes no Reichstag, graças ao expressivo resultado de 4 500 000 votos. Desencadeou-se, a partir daí, um clima de divisões internas vindas a lume no congresso de Jena.

Marxistas dogmáticos, um centro moderado que apoiava a máquina partidária e ainda os revisionistas de E. Bernstein, eram as principais tendências.

O monolitismo deste partido, tentando subjugar a acção da II Internacional, tornava-o, nas palavras de *A Aurora*, um partido colaboracionista que nem mesmo os lugares no Parlamento conseguiam ofuscar. De facto, o Reichstag possuía escassa influência no poder do Estado. Daí que se

tornasse usual para os sociais democratas a distinção entre objectivos a curto e a longo prazo. Nos primeiros englobava-se o sufrágio universal e as liberdades civis, reformas sociais que podiam ser concedidas pelos governos.

Ressalte-se que as divisões nacionalistas, como sucedia na Áustria, enfraqueciam uma possível coerência e fidelidade ao movimento socialista: cada partido detinha o seu programa, quantas vezes contrastante com os demais. Por exemplo, o Partido Social Democrata Austríaco, comandado por Vitor Adler, detinha já em 1918, 87 membros no Parlamento mas era minado por divisões endógenas, não só na esfera doutrinal e estratégica mas também pelas várias nacionalidades (Alemães, Polacos, Checos, etc.) que se degladiavam entre si, isto para já não mencionar as diferenças religiosas. Alguns sectores mais radicais protestavam por o partido «unificado» não ser um partido de reforma mas um partido de luta de classes e de revolução, proclamando o objectivo final marxista de socializar os meios de produção e de mercado. Só então poderiam os marxistas e socialistas moderados unir-se num único movimento.

A contradição entre os fabulosos números apresentados pela organização do partido social democrata alemão e a fraca oposição perante a guerra — sem sequer promover a «Greve Geral Revolucionária» — eram, enfim, mera «prosápia» que reflectia a inépcia ou covardia dos socialistas alemães¹⁰, que pareciam negar o lema «querer é poder», estimulando muito mais o culto patriótico alemão de «Deutschland über Alles». Parecia que o socialismo científico tinha falido de vez ao pretender ressurgir na social democracia, que se constituía num mero partido de objectivos eleitoralistas. Assim se explica o fuzilamento do chefe do partido, um dos poucos a manter os seus princípios anti-guerristas face ao

«(...) pequeno aglomerado de patriotas guerreiros e militaristas inscritos nos cadernos eleitorais. (...)»¹¹

Nem mesmo a «semana vermelha», organizada pelo partido poderia neutralizar ou sequer comparar-se à Tomada da Bastilha ou à Comuna de Paris. A *Aurora* criticava severamente a sua escassa educação revolucionária e militante: eram autómatos que agiam na legalidade, colaborando com o imperialismo germânico¹².

Estes «socialistas» alemães aprovavam também a ideia mística da missão redentora e apocalíptica da Germania, patente no Quinto Império, e numa concepção impregnada de centralismo e da estatolatria pan-germanista que, para muitos, participava do espírito e tradições alemãs desde Fichte. Encontraremos noutras passagens¹³ a condenação de tal

pensamento, chegando a prever-se a capitulação do inimigo pela fome de milhões de inocentes.

Entre os vários guerristas destaca-se Heine¹⁴, um dos seguidores da «propaganda do ódio», apoiada pela ordem clerical que incitava o povo contra a França e seus aliados. Em Portugal verificar-se-á uma atitude semelhante por parte da imprensa católica, nomeadamente no que concerne ao *Evangelho da Hora*¹⁵.

Na realidade eram várias nações cristãs em luta, preces de diversos países a orarem pelo extermínio dos adversários ao mesmo Deus. O papa, chefe supremo da hierarquia católica esperava pelo vencedor, para a ele se associar¹⁶. Com efeito, a encíclica de Benedito XV sobre as causas da guerra, apontava para o esfriar da caridade, o desprezo da autoridade, o antagonismo das classes e o desejo desenfreado dos bens temporais¹⁷, embora se não acusasse directamente ninguém.

Para propagar a doutrina germanofobista acicatava-se o ódio contra vultos relevantes da «Kultur» alemã, ou mesmo das nações aliadas, ao qual não escapavam Beethoven ou Mozart¹⁸. Nesta «limpeza» cultural, Wagner era um dos mais atingidos, devido às conotações militaristas das suas composições. Tal generalização era porém contestada por muitos, nomeadamente Giordano Bruno¹⁹ que se opunha à patriotice germanofóbica de Saint-Seans. No fundo era o retomar da polémica questão «arte pela arte» ou arte «engagé».

Da mesma forma, um intelectual alemão, proferindo uma conferência sobre a cultura do seu país, destrinçará «Kultur» e kultur²⁰ — até porque a questão das duas raças era demasiado simplista para ser exacta²¹.

Não obstante, mencione-se ainda algumas teorias tipicamente militaristas, derivadas da rigidez prussiana que tende a impor o seu despotismo consciencializando-se de que era a senhora do comércio e mercado²². Logo no início da beligerância o Kaiser afirmara que o inimigo era todo aquele que ele apontasse como tal, o que, decerto, era uma atitude pouco dignificante e algo tacanha. Todavia os seus interesses, ao proferir tais palavras, eram outros, como teremos oportunidade de mencionar.

Dois conceitos fundamentais: «militarismo» e «guerrismo»

Para *A Aurora* o guerrismo ocidental derivava das formas doutrinárias dos interesses nacionais/coloniais, de patriotismo, nacionalismo, germanofobismo, da anglomania e amor aos aliados pela defesa do dever e da honra.

Contudo, convém distinguir entre aquele institucionalmente estabelecido, do governo, e um outro subversivo marginal e *avant-garde* de que

o movimento futurista, presente no «Ultimatum» de Almada Negreiros é exemplo significativo²³.

Porém, a guerra servia os sujos interesses dos capitalistas fomentando a discórdia entre os homens, a desordem dos espíritos e a falsificação dos sentimentos, ocultando a corrupção moral e material. Seria de esperar, então, a condenação de *A Aurora* por esta situação:

«[...] o que azeda o espírito são as terríveis condições económicas da sociedade actual, que o levam ao desespero, à raiva! [...]»²⁴

A desvairada inconsciência dos «cínicos biltres» envenenava as causas mais justas e puras, futricando a moral daquele que não tem Pátria a defender e que morre de fome: o trabalhador proletário. Quem lucra é a minoria de privilegiados, covarde porque não utiliza o seu corpo para se defender.

Todos os homens de coração deviam, assim, contribuir para a divulgação dos sentimentos anti-guerristas, até porque:

«[...] o pior surdo é o que não quer ouvir [...]»²⁵

A Aurora contrapunha ao ódio, o amor solidário de todos os povos o que é visível na crítica à conferência de José Carlos de Sousa «Sobre a Defesa Nacional» proferida a 26 de Abril de 1914, que considerava o ódio como a característica dominante da humanidade, negando a benevolência mútua, o auxílio recíproco, a paz, a concórdia, «lérias das almas simples e sonhadoras» e alienadas, atitudes que apenas surgiriam num futuro muito remoto — talvez daqui a 20 000 anos — (sic).

Daí a necessidade dos armamentos «até aos dentes» e a utilização de todas as economias, nem que para tal se recorresse a empréstimos.

Se a fome assolava, recorrer-se-ia às armas, à crueldade da guerra, à luta fratricida numa «nefasta campanha do ódio» até porque «o seguro morreu de velho»²⁶.

No polo oposto, situava-se um outro discurso, pronunciado por Aurélio Quintanilha na sessão promovida pela Juventude Sindicalista de Lisboa em 22 de Março de 1914. O orador considerava o problema da defesa e da independência nacional exclusivo das classes dominantes, preocupadas em crescer os efectivos dos exércitos e em manter o *status* favorecido da vida militar de carreira, uma profissão privilegiada, especialmente para os oficiais, que podiam assim, ser rapidamente promovidos. Para tantourgia um maior poder da instituição militar, que contrabalançasse a acção do Parlamento, e, enfim, fomentasse os soldados, pela votação naquele de créditos extraordinários.

Segundo Quintanilha, o exército sustentava concomitantemente os interesses capitalistas: fornecia o pano para uniformes, calçado, indústrias de armamento. Como exemplo apontava-se a empresa alemã Krupp, para quem a guerra derivava em avultados rendimentos e especulantes negociatas.

A principal accionista, a filha de Krupp, possuía mais de 46 mil e 800 contos de reis que lhe rendiam anualmente 4 200 contos, e o próprio imperador (uma das estrelas napoleónicas da época) era o sócio que assegurava a concorrência de outros núcleos. As indústrias de armamentos registavam uma constante actividade devido às encomendas dos únicos consumidores, os governos. Elas concediam «luvas» para as comissões técnicas, compostas por oficiais superiores e para directores das oficinas escolhiam-se oficiais reformados de modo a manter-se o conservadorismo.

Em França a situação era semelhante: o ex-ministro da Guerra, Etienne, paralelamente à sua função governativa, era director dos Trefileries du Havre — um jornal financeiro apontava a subida dos seus lucros de 245 para 251. Se a casa Krupp pretendia aumentar as encomendas pela sobrecarga fiscal, o respectivo Kaiser proferia um discurso belicista o que, por seu turno, em França produzia uma tomada de posição «patriótica» e defensiva do governo estimulando a corrida aos armamentos²⁷.

Um potencial inimigo, a opinião pública, era neutralizado por uma imprensa tendenciosa, oscilando entre o francofilismo exacerbado e o pangermanismo. Fundavam-se jornais ou compravam-se outros com os respectivos jornalistas que prontamente escreviam o que lhes mandavam devido aos múltiplos subornos, sem qualquer respeito pelo direito à informação, que estimulavam no espírito popular o ódio contra o estrangeiro e o temor da invasão e da perda da independência (exemplo da França e Alemanha, eternas inimigas). Se o governo era laçaio, a imprensa era sua prostituta e os conferencistas guerristas seus caixeiros viajantes, tal era o parecer dos anarquistas.

Verificava-se uma repetição da temática guerrista propositadamente, chegando-se a utilizar uma pseudo-erudição através da explanação de factos históricos dos mais comezinhos. Refira-se, no caso português, a actuação de Jaime Cortesão, José de Castro e Rodrigo Rodrigues, entre outros, no sentido de uma maior mobilização popular, apelando e invocando as crenças mais arreigadas do sentimentalismo fatalista luso²⁸. No dizer de *A Aurora*, «um deputado precisa de arrotar e arrotar de grosso»²⁹, isto é, manter a sua condição privilegiada.

Se já antes da intervenção portuguesa, de facto, no conflito, a imprensa vinha desenvolvendo campanhas pro-intervenção (chegando até

a realizar-se uma manifestação de apoio ao povo belga), após a sua consumação a tendência irá para a censura prévia.

Como afirmava Neno Vasco:

«(...) o anão todo desvanecido pelos ideais da liberdade vai para a guerra a pedido do gigante (...)»³⁰

Um deputado republicano, o Dr. Agostinho Fortes, disse aceitá-la em virtude das «circunstâncias anormais». O atentado ao direito de informação é tão escandaloso que se chega a censurar um artigo onde apenas permanecem citações de jornais guerristas³¹. A «Dona Anastásia», como era denominada a censura, foi abolida, formalmente, pelo golpe sidonista, vindo a ser restabelecida em Abril de 1918.

O dever da imprensa era instruir o povo como o desejava Ferrer, acérrimo defensor da educação popular — lembremo-nos dos cabeçalhos de *A Aurora* — e não relatar crimes e suicídios que só satisfaziam espíritos coscuvilheiros³². Mas este dever encontrava-se largamente amputado. Se ela era «alavanca do progresso e da inteligência», segundo as palavras de Victor Hugo, a censura aniquilava-se colocando-a num papel passivo e enganador. Como se menciona em *A Aurora* a imprensa encontrava-se alugada a 30 dinheiros (tal como Judas o fizera com o Messias).

Para os anti-guerristas estava aberto o caminho para acções repressivas quer do governo, quer mesmo dos simples cidadãos das quais eram vítimas. Cite-se o caso da campanha contra a carestia de vida de um diário, que por pressão de açambarcadores, não mais retomou o tema³³.

Tal como a imprensa, o cinema, «educa e perverte, ensina e engana, esclarece e embrutece, é obra de liberdade e é empresa de exploração, é clarim do progresso e trombeta de revolta — mas é mais ainda catecismo de resignação e tambor monótono de passiva disciplina»³⁴.

Caminhava-se a passos largos para a reacção com a subtracção das liberdades civis de reunião e associação que a castradora mesa censória interditava no pensamento e na vontade³⁵, de modo a implantar-se o espírito militarista de obediência cega às ordens hierárquicas, o espírito da caserna, essa «escola de covardia» da delação e do crime contra a qual todos os jovens deviam contrapor os sentimentos de solidariedade sem fronteiras. Era uma luta difícil para os libertários pois as instituições oficiais não se quedavam na passividade: faziam-se discursos nos quartéis e projectavam-se filmes belicistas.

Assim, pela organização interna das classes trabalhadoras, podia prosseguir a luta contra o capital e abolir-se os efeitos nefastos da propaganda. Esta era de tal forma parcial que se utilizavam hinos, símbolos da liber-

dade e da igualdade para incentivar e elevar a moral das tropas. Tal sucedeu com a «Marselhesa» embora esta versão oficial e oficiosa fosse incompatível com os ideais cantados em Valmy. Urgia, portanto, uma nova versão, oposta aquela impunemente utilizada. É muito possível que esta fosse a «Marselhesa da Fome»³⁶.

Pela revolução social contra a guerra entre nações, de «iguais contra iguais», da luta santa e sagrada pelo ideal do trabalho contra o capital, sem generais, contra o inimigo, o vil burguês!

Esta versão opunha-se às canções guerreiras, patrióticas e imbecis pela sua militância anarquista libertária³⁷.

Para *A Aurora*, o belicismo era uma selvajaria, ignomínia de bestas, feras, um nojo, uma felonía que profanava e dividia. Apelava-se aos soldados: «voltemos contra eles as bocas das nossas espingardas e fuzilemo-los».

A guerra era amoral, atentando contra a lei suprema da vida e a ela se devia opor o saber e a inteligência. Educava-se o homem para o mal para se tornar uma hedionda e tosca besta fera projectada pelos «suínos», «porcos», «corvos», «hienas», «abutres», «chacais», que não hesitavam em violar mulheres, desflorar filhas, esquartejar velhos, empurrando o pobre soldado contra o seu irmão:

«(...) crivemo-lo de balas, esfacelemos-lhe o corpo com os esporões dos nossos couraçados, retalhemo-lo com o gladio dos nossos generais, tritremo-lo com os explosivos dos nossos torpedeiros, empastelemo-lo com os vômitos das nossas metralhadoras, pulverizemo-lo a poder de artilharia!»³⁸

Na opinião dos guerristas, o trabalhador devia abandonar o arado, a colheita, a sementeira, o campo, o martelo, a bigorna, o banco, enfim todos os instrumentos de trabalho, porque o legislador lhe afirmava que a guerra era um dever, o magistrado uma justiça, o filósofo um acto humano, um sábio uma atitude natural, o artista uma função bela, o poeta uma atitude gloriosa e o sacerdote um acto divino³⁹.

Todos colaboravam na mentalização daquela «guerra do Direito»⁴⁰, afinal também a beligerância do «Homini Lupus», do cínico canibal, da ralé⁴¹, flagelante e estripadora de alma enegrecida.

A tudo isto *A Aurora* opunha o progresso técnico e científico⁴².

«(...) O espírito gregária das massas, educado por cálculo, nas reformas, na submissão e no messianismo político, na esperança e na credulidade, tem-lhes facultado toda a série de tranqüibernias e patifarias (...) o feudalismo acabou: mas em seu lugar surgiu uma plutocracia que esmaga e explora o assalariado»⁴³.

A guerra transformava o mundo num oceano de sangue e num extenso cemitério, retrocedendo-se até à Idade do Ferro, numa guerreira e sangrenta loucura que embriagava o homem e embasbacava o povo, colocando-o de luto, pelo extermínio e a matança ⁴⁴.

Os verdadeiros derrotados eram os trabalhadores que pagavam as indemnizações de guerra porque os «grandes» chegam sempre a um acordo, mais ou menos favorável ⁴⁵.

Tratava-se de uma guerra ridícula em que os inimigos confraternizavam em amigáveis jogos de futebol, sem compreenderem o significado da solidariedade humana ⁴⁶. Irónica era a forma como um italiano descrevia as eventuais vantagens no período do pós-guerra:

«(...) Os campos de batalha renderão por muitos anos, muito mais do que antes, sem necessidade de outro adubo. Que belas couves hão-de os franceses comer nos lugares onde se amontoaram os soldados alemães e que grandes batatas se hão-de arrancar na Galícia no ano que vem (...)» ⁴⁷.

Também não será de preterir o inegável peso psico-somático no futuro quotidiano colectivo e individual. Cite-se a conversa passada numa ambulância onde vários indivíduos se queixam da maquinização da presente beligerância ⁴⁸.

«A única forma de combater o guerrismo é não fazer guerras» ⁴⁹, não ter o mundo «sob o tacão da bota». Uma das definições mais precisas e expressivas deste sentimento é aquela:

«(...) se és vencido, pensa na desforra; se és vencedor, em novas lutas que tragam acréscimos de glória e de poderio (...)» ⁵⁰.

Ao indicar-se a formação de um corpo de exército com 16 000 homens, os sindicalistas portugueses decidem não favorecer um inimigo para combater outro, assistindo-se aos antagonismos derivados da utilização depreciativa das afinidades culturais, civilizacionais e étnicas, visando uma maior mobilização.

Assim, se apreende o olhar crítico e negativo respeitante a uma série de conferências realizadas pelo Partido Republicano, onde se assistia a uma febre demagógica e exaltada, pregando a imolação ao Molock guerreiro. Chega-se a proclamar que se morria mais nos hospitais que na guerra, ao que *A Aurora* contrapõe os seus números ⁵¹.

Um inquérito processado a camponeses no departamento de Sarthe, em França, provava que estes não apoiavam a ideia belicista («nada temos a defender...»), Cultura, Civilização e Liberdade eram conceitos ociosos para si, apesar do militarismo ser uma «enfermidade contagiosa» ⁵². O pão permanecia a necessidade primária e superior a tudo mais.

A defesa das «nossas» colónias e da independência nacional: a entrada de facto de Portugal na Grande Guerra

A medida que a participação portuguesa se torna mais evidente, porque inevitável, os artigos sofrem uma mudança de temática. De anti-guerristas generalizados e internacionais passam a referir-se mais especificamente à esfera nacional e à política interna.

Segundo *A Aurora*, os Democráticos no poder pugnavam pela incoerência, ao proclamar, concumitaneamente o direito de todos os povos se governarem a si próprios pelos seus representantes, apesar de manterem uma posição colonialista em África, esmagando o princípio de independência e soberania nacional. *A Aurora* chega mesmo a perguntar com que direito se fala das «nossas» colónias pois se nem os lucros que delas advinham eram repartidos equitativamente por todos os cidadãos. Perante estes factos, a necessidade de espaço vital era um argumento pouco convincente⁵³.

A intervenção portuguesa na beligerância chegou a ser votada na sessão parlamentar de 23 de Novembro de 1914, em que, segundo o mesmo periódico, vencera a turba dos aguerridos⁵⁴. Será à custa do proletariado, uma vez mais, que se obterá a vitória, engendrada por senhores como Leote do Rego e André Brun⁵⁵. Já na infância se incutia o sentimento belicista e guerreiro. Destaque-se aquele episódio de duas criancinhas que seguiam vestidas com as cores dos Aliados, em pleno Chiado. Uma delas dizia:

«(...) Eu tenho vinte soldados de chumbo franceses e vinte alemães. Os franceses já tiraram a cabeça a dois alemães (...)»⁵⁶

O pretexto para a contenda surgiu com a agressão de Naulila. Os territórios portugueses em África desde sempre foram alvo de cobiça de outras potências. Bastará para tanto lembrar o incidente com o Mapa-corde-Rosa, anexo ao tratado assinado entre Portugal e a Alemanha (1886) e o conseqüente ultimatum inglês (1890). A ameaça das zonas fronteiriças pelas colónias alemãs pairava em Moçambique a norte com a *Deutsch ost Afrika* e na foz do rio Rovuma (onde a Baía do Kionga fora já ocupada violentamente em 1886) e em Angola pelo sul com a *Damaralandia* ou *Deutsche Sudwest Afrika*. As colónias portuguesas cedo chamaram a atenção dos políticos republicanos. Assim, se processaram as denominadas campanhas de Moçambique e Angola. Nesta última se destacou o incidente da povoação de Naulila, ocorrido em 18 de Outubro de 1914, 17 dias após o desembarque em Moçâmedes da expedição militar de 1600 homens comandados por Alves Roçadas.

A entrada em território português sem autorização prévia, de um grupo de alemães, terá suscitado a apreensão e desconfiança por parte do alferes Sereno e dos seus homens que dispararam sobre o grupo tendo morto três indivíduos e ficando preso o seu intérprete. Doze dias passaram para que as represálias alemãs se fizessem sentir naquilo que foi denominado, pelo exército português, «o massacre de cuangos» (General Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Ed. Inquérito Lda., 1945). Seguiu-se-lhe o combate de Naulila, tão desastroso para as hostes portuguesas e que conduziu Alves Roçadas a pedir a sua exoneração, sendo substituído pelo General Pereira de Eça que viria também a substituir no governo de Angola, Norton de Matos.

Não obstante, a população permanecia no desconhecimento dos verdadeiros acontecimentos, visto a imprensa ter ordem para não publicar nada sobre Angola, salvo as notas do Ministério da Guerra. Enquanto isso, a sua congénere estrangeira afirmava que o ataque a Naulila fora uma resposta às agressões dos Aliados⁵⁷.

A propaganda oficial e oficiosa não perderá a ocasião para discursar sobre o heroísmo e a coragem dos nossos «bravos» soldados, que calorosamente defenderam as «nossas» colónias. Um dos exemplos mais citados é aquele de um combatente de Naulila que perdera um braço e ficara quase cego, um verdadeiro «herói de guerra», para quem ainda não se sugerira sequer a concessão de uma reforma, condenando-o, assim, a viver da caridade e das esmolas⁵⁸.

A Alemanha declarara, formalmente, a guerra a 9 de Março de 1916, e logo a classe política conjugará esforços, no sentido de constituir um governo de «União Sagrada». E é a propósito deste facto que *A Aurora* publicará um artigo bastante irónico, intitulado «O Meu Arrependimento» onde o autor, Clemente Vieira dos Santos, ilude o leitor ao pretender apoiar esse governo «a quem devemos prestar todo o nosso apoio»: era «natural» que mulheres e mães perdessem os seus entes queridos na guerra em «resgate» das «nossas» províncias ultramarinas⁵⁹.

A ruptura das relações luso-germânicas veio, uma vez mais, colocar a opinião pública perante um duelo maniqueísta entre «nós» e «eles». Perante a divisão simplista oficial. *A Aurora* questiona-se quanto à unanimidade, pois não se realizaram plebiscitos, além de que não se pode analisar o procedimento de um governo, confundindo-o com a restante população⁶⁰.

Mas interessantes eram as afirmações de Brito Camacho que não apoiava o envio de tropas para França, devido a «razões de Estado» como a carência de recursos financeiros, de preparação militar, etc. Este político chegara a condenar aqueles que proferiam «Vamos para a Guerra!»⁶¹.

Isto não o impedia de prever hipóteses de invasão dos territórios alemães (atitude partilhada pelo General Roçadas) proclamando que os alemães tentavam sublevar as populações autóctones⁶². E se, por acaso, alguém ousava duvidar dos «factos», sucediam-se as retaliações.⁶³

Entretanto, o povo ia-se sangrando nas partidas dos soldados, verdadeiros momentos de emoção e angústia, de sofrimento colectivo e de incerteza⁶⁴. Refira-se aquela partindo de Campanhã, do 3.º Batalhão de Infantaria 18 para a expedição militar a Angola⁶⁵.

Pátria, Patriotismo e Patrioteiros

Neste contexto merece especial relevo o aproveitamento dos conceitos «Pátria» e «patriotismo» como «religião do Estado». Ambos são alvo de várias e antagónicas interpretações que servem de lemas justificativos e meras «tabletas» interesseiras. São, assim, na opinião de *A Aurora*, ideias vagas, flutuantes e indecisas, incolores e dúbias que ocupam os interesses de uma minoria conservadora e privilegiada que possui, na instituição militar, permanente foco de rendimentos elevados. Daí, a obrigação de se analisar a guerra como «sacrifício de vida» de outros que não os burgueses, a fim de prosseguir a empresa colonial e imperialista, a especulação mercantil e a próspera indústria para-militar.

Constituíam-se, então, objectivos artificiais e ilusórios de preconceitos úteis à classe dominante que podia facilmente continuar os seus negócios escuros. Para *A Aurora*, passado o momento no qual patriotismo equivalia a liberdade política e revolução, agora este conceito apenas enriquecia os «patriotas de gaifonas» e engordava os patrioteiros açambarcadores e especuladores⁶⁶. Portugal «escorregava na esparrela do patriotismo»⁶⁷, «máscara do egoísmo que se baseava no ódio»⁶⁸ — tal como o fizera o Partido Socialista, retrocedendo a posição tomada em 1913 no seu V Congresso, quando se aprovara uma moção anti-militarista, contra o aumento de créditos militares, na linha da Declaração de La Pâle da II Internacional. A título de exemplo cite-se a polémica travada entre Emílio Costa, director de *Germinal*, e os colaboradores de *A Aurora*.⁶⁹

Em *A Aurora* negava-se, por irracionalidade, o conceito de «Pátria», excluindo-se os vários pressupostos. Nem a raça, nem o governo sob o domínio do mesmo soberano (pelo que se excluiria a Pátria Irlandesa), nem os limites naturais — casos da Holanda e Dinamarca — nem a língua, questão que levaria a França a reclamar a Bélgica flamenga, os cantões suíços de Genebra e Neuchatel, poderiam ser fundamentos de tal teoria⁷⁰.

Se a definição de patriotismo poderia significar «o apego ao meio físico e social em que fomos criados», um tal «amor» de causas fisioló-

gicas profundas, opunha-se ao oficial oficioso das escolas e da imprensa, isto porque o lugar a que o primeiro se referia era ilimitável, indeterminado, sem fronteiras, tal como o amor não se definiria e limitaria por vontade de outrém e, muito menos, quando gerava conflitos na solidariedade internacionalista. Daí, a existência de milhares de «Pátrias» em lugares amados⁷¹. Jamais os trabalhadores aceitariam aquela Pátria de teatrada patriótico-literata de Guerra Junqueiro e Olavo Bilac⁷².

Os contactos com outros grupos afins

A acção anti-guerrista de *A Aurora* não se reduzia ao círculo nacional, até porque tal era contrário aos seus ideais internacionalistas, de tal modo que se publicam artigos provenientes da China⁷³ e da Rússia pré e pós-soviética⁷⁴. Difundiam-se outros de periódicos afins, de protestos, de campanhas, conferências — como aquela anti-militarista de Londres e de Zimmerwald⁷⁵. — e qualquer tipo de notícia, preferindo-se o documento a um mero exercício artificioso, porque falso e carente de linguagem subversiva e libertária.

Neste contexto se antevê os múltiplos artigos sobre os gastos humanos e materiais, e os lucros dos governos e classes privilegiadas. Tal como o denunciara o Primeiro-Ministro britânico Lloyd George:

«[...] A guerra actual é uma guerra de ferramentas, uma luta entre as fábricas inglesas e as fábricas alemãs (...)»⁷⁶.

servindo-se, evidentemente, dos socialistas,

«[...] a melhor polícia que podemos utilizar no combate ao sindicalismo e anarquismo (...)»⁷⁷.

Entre os contactos mais relevantes destaque-se aqueles com o Brasil, nomeadamente no artigo «Males de Guerra / Sob o Regime da Fome», onde se apresenta um manifesto publicado pelas Associações Operárias de S. Paulo, de luta contra o capitalismo e a burguesia, salientando a crise e protestando contra o encerramento da Federação Operária de Santos e a prisão de dois activistas, Angelo Perez e Manuel Campos, impossibilitados de comunicar com o exterior⁷⁸.

Ao que parece, a corrente anarquista naquele país «irmão» era bastante activa chegando a realizar-se um Congresso Pro-Paz⁷⁹.

Também da Europa, nomeadamente Itália, França e Alemanha, surgiam inúmeras passagens de nomes tão importantes como Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Vandervelde — este último envolvido num grave escândalo durante o seu ministério, acusado de colaborar com a Rússia.

Contudo, a nossa vizinha Espanha foi o alvo mais focado pelo anti-guerrismo de *A Aurora*.

Grande era o peso e a tradição do anarquismo espanhol, empenhado na luta internacionalista, de tal forma que chega a efectuar-se uma campanha anti-libertária dirigida pelo jornal *El Sol* contra anarquistas e sindicalistas, acusando-os de cumplicidade e de espionagem pro-germânica. A reacção não se fez esperar e o *Solidariedad Obrera* contestou como falsos e caluniosos tais testemunhos, afirmando o contrário através da documentação das suas teses.

Os governantes, pela proporção que o facto vinha atingindo na opinião pública, procederam a um inquérito que culminou na prisão de Brabo Portillo, emissário da polícia encarregado de vigiar os anarquistas — modelo que as autoridades portuguesas tentarão imitar após a greve dos mineiros de S. Pedro da Cova, com a então germinada «Brigada do Anarquismo»⁸⁰ e Belles, um agente da polícia secreta⁸¹.

É igualmente em Espanha que se desenrolará o famigerado Congresso de Ferrol, entre 20 de Abril e 1, 2 de Maio, na sequência do encontro de sindicalistas italianos em Pica.

Segundo relata um dos congressistas, Manuel Joaquim de Sousa, a União Operária Nacional (U.O.N.) encontrou-se presente: pela primeira secção foi nomeado Mário Nogueira e pela segunda o próprio M. J. de Sousa, que saiu do Porto juntamente com outros participantes do Norte (Serafim C. Lucena, António Alves Pereira, Ernesto da Costa Cardoso e sua companheira), a quem na fronteira se juntou Aurélio Quintanilha, representante das Federações das Juventudes Sindicalistas de França e Portugal⁸². Estas, aliás, destacavam-se nas campanhas anti-militaristas, apelando para a deserção no seio do Exército⁸³. O seu órgão oficial era *O Despertar*, «mensário das Juventudes Sindicalistas» como se autodesignava no cabeçalho e cujo editor era Carlos de Sousa, tendo como redactor principal Mário Costa. O primeiro número saiu em 1 de Maio de 1914, tendo a sua influência criado alguns núcleos de propaganda, sobretudo no Sul.

Ressalte-se que a data prevista para o encerramento do Congresso de Ferrol não era de modo algum ingénua, visto coincidir com o dia Mundial do Trabalhador⁸⁴.

A ordem de trabalhos era a seguinte: procura de meios para sustentar o desenrolar da conflagração europeia, e medidas a longo prazo para evitar acções semelhantes. A escolha do porto de El Ferrol, Galiza, foi premeditada pelo seu promotor *O Ateneu Sindicalista*, tendo em conta a convergência geográfica de um acontecimento que pretendia ser uma III Internacional.

As formas de luta encontradas foram as seguintes: acção directa ou agitação popular, o boicote do operariado dos países neutrais aos países beligerantes, o impedimento da exportação de géneros de primeira necessidade e o firme protesto e contestação à beligerância, a fim de sacudir a inércia que podia parecer culpabilidade perante a desculpa das guerras «ofensivas» e «defensivas», pretenciosamente defensoras da Liberdade⁸⁵.

Tratava-se de uma propaganda anti-capitalista, anti-estatal, anti-patriótica e anti-militarista, proclamando-se firmemente:

«(...) nós não somos pacifistas, nem neutralistas, somos revolucionários (...)»⁸⁶

Deste Congresso não deveria surgir a paz imediata, mas um entendimento — «uma Entente Internacional» contra o militarismo⁸⁷.

Anulando todas as grandes esperanças, o governo presidido por Dato, proibirá o «Congresso Pela Paz», expulsando todos os congressistas estrangeiros, acompanhados «amavelmente» até à fronteira, pela força armada⁸⁸. Os seus argumentos para o encerramento antecipado foram a salvaguarda da neutralidade espanhola, pressionada pelos embaixadores dos países aliados que afirmavam vir o Congresso favorecer os alemães, os quais por seu turno a denominavam de «manejo dos aliados». Não obstante, o verdadeiro motivo terá sido a manutenção pelo governo espanhol da ordem pública, «ordem da Guerra, da Dor e da Morte»⁸⁹.

Na clandestinidade, porém, alguns delegados sobretudo espanhóis e americanos reuniram-se tomando várias deliberações⁹⁰.

Alexandre Vieira menciona também o Congresso de Ferrol⁹¹, revelando a realização de várias conferências anti-guerristas, da autoria de A. Quintanilha, no Porto, Covilhã, Entroncamento e Viana do Castelo. Nesta localidade entrou em conflito com o administrador do concelho, o ex-anarquista Roubon e Menezes que lhe suspendeu a conferência.

O relatório do Congresso de Ferrol foi publicado num pequeno folheto: *Relatório do Delegado da U.O.N. (Segunda Secção) ao Congresso Internacional Pro-Paz / realizado em Ferrol (Espanha) em Abril e Maio de 1915 / Estatutos e Regulamentos da Associação Internacional dos Trabalhadores*, Lisboa, Ed. da U.O.N., s.d. (1919 ?)

O movimento sidonista face à grave situação dos trabalhadores

Com o golpe sidonista de 5 a 8 de Dezembro de 1917, findavam sete anos de domínio político dos Democráticos, caracterizados por pseudo-quixotadas de mau gosto. A *Aurora* questiona-se quanto ao motivo da

sua queda considerando que ,acima de tudo, o que o derrubou foram as intolerâncias, as perseguições encetadas pela «formiga branca», os erros, enfim, os crimes do próprio governo⁹².

O movimento revolucionário de Lisboa era mais uma revolta burguesa que se entronizava na figura carismática de Sidónio Pais, que como primeiras medidas aboliu a censura à Imprensa e amnistiou os presos por delitos políticos.

De início tais atitudes agradavam aos anarquistas e sindicalistas, perseguidos anteriormente .Assim era que o próprio Aurélio Quintanilha, um dos mais aguerridos e activos colaboradores de *A Aurora*, prestasse o seu agradecimento, embora a título pessoal, ao líder do recém-implantado sistema⁹³.

Segundo *A Aurora*, João Chagas chegara a pedir o dependar de todos os sindicalistas nos lampiões — era a denominada «Justiça da Faca e Lampião»⁹⁴.

Em breve se desvaneceu o sonho e o novo regime deixava transparecer as feições cesaristas e ditatoriais.

Proibía-se a realização de comícios (nomeadamente aqueles convocados pela U.O.N.) e as liberdades civis encontravam-se bastante reduzidas.

A repressão instalava-se às portas das fábricas, espancavam-se operários, registavam-se tiroteios e fuzilaria em Alpiarça e um operário era assassinado à queima-roupa quando se efectivava o seu transporte para a prisão de Montemor-o-Novo.

Estes factos levaram *A Aurora* a comentar que apenas possuíam direitos os politiqueros, os caceteiros e os ministros⁹⁵.

O programa saído da revolução dezembrista não passava de mais uma sangrenta «léria» (...) um farrapo a mais para juntar-se à montureira do lixo»⁹⁶.

Sidónio Pais triunfara graças ao descontentamento generalizado a que se vinha assistindo e de que são factos bem demonstrativos as movimentações populares, grevistas ou não, registadas durante 1917, onde se inserem os assaltos a mercearias, padarias e outros mercados de víveres. O climax da situação saldou-se em vinte e dois mortos e dezenas de feridos graves, isto no que concerne exclusivamente aos dias 19, 20 e 21 de Maio, aquando da «Revolta da Batata». Mas as carências alimentares subsistiram durante todo o Sidonismo.

Em visita ao Norte, Sidónio é recebido com toda a pompa e circunstância. No entanto, ao passar por Caminha, surge um ligeiro incidente; entre a «multidão de basbaques» que esperava o «novo messias» um homem do povo salta para a frente de toda aquela pasmaceira e com voz

firme grita a plenos pulmões» — Senhor Presidente, temos fome, queremos pão!...» Porém, «o Senhor Presidente chegou, passeou, ouviu elogios e foi-se.»⁹⁷.

O povo sentia na carne a fome, mas os governos democráticos, evolucionistas ou sidonistas queriam sempre «encher de metralha o estômago deste»⁹⁸.

Como se não bastasse, o tifo exantemático alastrava-se, agravando a já insuportável Dor e Morte⁹⁹. Todavia a indiferença dos governantes e até o desinteresse da medicina compactuavam para a cada vez mais acentuada engorda dos ricos e o emagrecer dos pobres, cuja única esperança degenerava na procura de um novo D. Sebastião, materializado na figura de Sidónio Pais, sem tomar uma atitude de revolta.

Restavam os artigos subversivos de *A Aurora* reprovando o engrandecimento do poder presidencial que chega a ser propagandeado pelos socialistas:

«(...) Coloca-se esse homem lá no alto, nos próprios chifres da Lua, para se viver no meio da abundância e do supérfluo, muito embora em torno dos felizes haja milhares de bocas hiantes reclamando uma côdea de pão duro e bolorento (...)»¹⁰⁰.

Com efeito, o «pão de família» era fabricado com farinhas ordinárias, o açúcar faltava, atingindo preços exorbitantes. Os comerciantes e açambarcadores não tinham pejo em afirmar: «Arranjo-lhe açúcar por ser seu amigo»¹⁰¹.

A disparidade geográfica da escassez de géneros era gritante: enquanto nas colónias e nos Açores eles apodreciam porque os vendedores preferiam-no a um baixo lucro, o continente sujeitava-se à «bicha» e à ração. Entretanto para se calar o povo acenava-se-lhe com a ameaça de soviets no Sul e dos agitadores profissionais¹⁰².

Nas palavras de *A Aurora* os intermediários «tubarões» beneficiavam vantajosamente, escondendo os géneros — «o pão existe (...). Resta ir buscá-lo de braços erguidos, decididamente e não de orelha murcha, cabisbaixo, tristonho como o gado que vai para o matadouro. (...)»¹⁰³.

Veja-se o ridículo da situação a que se chegara no episódio protagonizado por um comerciante do Porto, natural de Lamego, que prometera um conto de réis à Senhora dos Remédios se a guerra durasse mais um ano.

Perante isto, a unidade proclamada por Sidónio era inacessível face às necessidades prementes que nem mesmo a auréola carismática deste chefe, pretensamente dos mais avançados, conseguia suplantar¹⁰⁴.

A situação angustiante e terrífica estimulava o recurso a pseudo-soluções transcendentais de consolações e indemnizações celestes — «pobres na terra, ricos no Céu»¹⁰⁵.

Ressalte-se que com o golpe sidonista findou o envio de tropas portuguesas para a Flandres e, por outro lado, 1917 foi o ano de reconciliação entre o Estado republicano e a Igreja Católica: durante as aparições em Fátima a três pastores, a Virgem anunciará o regresso dos soldados portugueses e o fim próximo da guerra.

As súplicas dos oprimidos correspondia a Igreja «com a voz cheia de mal», vendo aumentar os seus seguidores e os lucros provenientes das missas. Também a imprensa anedótica e profética fomentava as narrações ingénuas e sentimentais. O esforço renovador apenas provinha da Ciência e da Arte — o título de uma das rubricas de *A Aurora*¹⁰⁶

Confundia-se «República» e «Republicanism» com os representantes oficiais dos governos e as instituições conservadoras, o que por certo não agradava aos sectores anarquistas:

«(...) o povo republicano não é o mesmo que o governo republicano (...).

O povo exprime com a palavra «república» aspirações muito elevadas de liberdade e igualdade às quais muitas vezes só falta precisão e sobretudo um método adequado de realização e de organização social. A sua vitória é pois uma vitória da liberdade (...)»¹⁰⁷.

O subconsciente colectivo; seus mitos, desejos e paixões

Da leitura de *A Aurora* evidencia-se a oposição frontal aos guerristas que proclamavam a eutanásia, no sentido de morte pelo belo, sem sofrimento, ou seja a morte heróica e redentora, concepções que degenerariam no nazismo ou o futurismo de que existe um caso bem português, o de Almada Negreiros¹⁰⁸.

Estes são dois aspectos antagónicos que moldam os esquemas mentais no período que limita a Grande Guerra, ambos dividindo a opinião pública, cada um tentando mobilizar o maior número de simpatizantes.

O impacto de uma guerra à escala mundial acarretava toda uma carga emotiva que despertava sensações algo recônditas, recalçadas, do consciente e sub-consciente — o tal iceberg de que Freud falou — de um carácter animalesco e primário do género humano pois, convém não esquecer-lo, trata-se de um comportamento grupal e não apenas individualizado.

São todos os desejos e ilusões de uma «elite» operária letrada (veja-se a riqueza de linguagem presente nos diversos artigos), que tenta

com convicção e fundamentos teóricos-conceituais do domínio ideológico introduzir modelos inovadores, segundo padrões de uma contemporaneidade revolucionária e radical, gerada por um escol internacionalista gozando uma educação privilegiada, que entrava em clivagem com os padrões tradicionais e arcaicos da sociedade: era uma «mensagem» não profundamente descodificável pelos potenciais «receptores».

«Internacionalismo proletário» e «luta de classes» eram apanágio de uma minoria favorecida que muitos, até no meio operário, consideravam ostensivo e soando a falso — o que, em parte, explicaria os desaires da campanha anti-guerrista.

Enquanto os anarquistas «pregavam aos peixes», a posição oficial e oficiosa do Estado encontrava na apatia da população campo receptivo para uma eficaz manipulação¹⁰⁹.

Como outrora, Portugal quedava-se «estático e beatífico» na contenda das «glórias do passado» e do que restava do «nosso rico património», vivendo da tradição gasta e inerte dos descobrimentos e conquistas, enquanto a França popular padecia do culto da «tradição revolucionária e da Grande Revolução».

No artigo «A Psicologia do Intervencionismo» (19/XII/1915, p. 2) anterior, portanto, à participação efectiva portuguesa, considerava-se a cultura um campo «mais ou menos predisposto e mal defendido», qual «agente patogénico» e epidémico, substituível à receptividade de temperamento piegas, sentimentalista, simbiose de uma intelectualice «patrioteira» e pseudo-patriótica. Cite-se o exemplo do dramalhão *Gente Portuguesa* (e o título é já elucidativo...) assinado por A. B. C. que nos retrata o protótipo da «Casa Portuguesa», assolada por sucessivas desgraças. Primeiro amputada da figura «conciliadora do lar», a «mãezinha», vitimada pela fatídica tuberculose e depois privada do vigoroso filho, único garante da subsistência e do património familiar, que recusa a hipótese de recorrer a «terceiros» a fim de se subverter ao embarque para a linha da frente.

Graças ao fatalismo providencialista nacional, do «fado» e da «saudade», os «oprimidos não despertavam» da letargia de «Bela Adormecida», seduzida por tudo e todos, o que nos relembra a tão caricata, real e incisiva figura criada por Rafael Bordalo Pinheiro, do «Zé Povinho», incapaz de «atirar a albarda do ar», o «eterno burro de carga, zurzido, tributado, burlado, acabrunhado por parasitas, mandões e falsos profetas»¹¹⁰.

Estas três últimas referências semânticas são profusamente utilizadas nos artigos de *A Aurora*:

«(...) Mas aí deles quando for o despertar, então a classe operária há-de compreender que, com as lutas fratricidas, em lucros colhidos, cifram-se

na miséria, na fome, enquanto outros que não arriscam a sua querida pele, vêm os seus lucros aumentar consideravelmente (...)»¹¹¹.

E, mais adiante encontramos a utilização do mesmo vocabulário:

«(...) A maioria trabalhadora que sofre todas as consequências a que a classe privilegiada a queira levar, paga os pesadíssimos impostos ou contribui com o seu corpo para a carne de canhão e deixa ao abandono mulher e filhos de que é o único amparo (...)»¹¹².

Nesta conjuntura se engloba a problemática da instrução e ensino, encarada como injustificada perda de tempo por parte dos sectores conservadores e «reaccionários» «burgueses», questão abordada por este periódico como explicação para a ineficácia e inoperância da acção propagandística por si desenvolvida, porque esta ameaçava a estabilidade estrutural tradicionalista ao proclamar a «Revolução Social».

No reverso da medalha encontrava-se o grosso populacional, na sua esmagadora maioria analfabeto, o que conferia à mentalidade portuguesa uma feição gritante de abismos socio-culturais entre a verdadeira realidade e a imagem desta — fosse ela proveniente do Estado ou da oposição, nela incluindo a corrente anarco-sindicalista.

O quadro vislumbrado pelos cidadãos oscilava entre a inovação, transposta de um outro cenário, e o tradicionalismo estagnador e inimigo do dinamismo social, o primeiro patente no primado do «mais forte», do autoritarismo e da «ordem», que conduziam o país a aventuras cesaristas como o da ditadura sidonista. A ideia de mudança incutia desagrado e desconfiança, medo do desconhecido e do caos, fruto da tacañhez.

Tal facto correspondia a um fraco grau de desenvolvimento cultural e económico, onde predominavam as cadências retrógradas e caducas. E aqui evidencia-se o papel desempenhado pela religião e pelos representantes espirituais eclesiásticos que, não obstante a resistência de múltiplos vestígios anti-clericais, mantinham o povo resignado, humilde, sujeito, à «vontade de Deus» e dos seus governantes.

A *Aurora* era tão anti-guerrista como anti-guerreira, no sentido daquele que gosta da guerra, da empresa belicista, da nação militarista inclinada para a expansão territorial. Este periódico portuense empenhara-se numa outra «guerra», mais ampla, mais universal que a de 1914-1918: a «luta do trabalho contra o capital», da classe proletária contra a burguesia patronal, exploradora, gananciosa, ávida de poder e riqueza, sequiosa do próprio sangue dos trabalhadores, envolvidos involuntariamente naquele conflito que não desejavam.

A diferença entre os socialistas e os anarquistas talvez se explique pelo ritmo lento de industrialização e o papel intervencionista dos governos, promovendo o desenvolvimento económico capitalista tendente a um alargamento de mercado de consumo (interno e externo) que passava pela conquista territorial e que vinha possibilitar novos rendimentos.

As bases programáticas socialistas tendiam para a negligência quando os seus partidos alcançavam uma posição relevante no sistema parlamentar, preferindo a defesa de uma aplicação progressiva de reformas políticas, até porque o que se pretendia era uma progressiva aderência no quadro da economia capitalista e da democracia liberal. «Congelava-se», assim, temporariamente, a revolução, preterindo-a a uma corrida eleitoral, onde se sujeitavam à «caça» ao voto juntamente com os restantes partidos. Daí, o apelo ao nacionalismo no pensar, no discurso e comportamento, o lugar concedido aos potenciais votantes individuais, indispensáveis na formulação de uma maioria, não de classe, mas de política nacional.

O desenvolvimento da social-democracia, de partidos trabalhistas parlamentares e o sucesso dos sindicatos resultou numa «domesticação» e na nacionalização do socialismo que precipitaram a decadência da II Internacional. Desta forma, no pensar dos anarquistas, as liberdades constitucionais materializavam-se numa comédia repugnante e mentirosa.

Na Europa meridional os sindicatos lutavam por um estatuto legal, de liberdade de acção, baseando-se o socialismo numa tradição extremista e revolucionária derivando muitas vezes no anarquismo, isto por as instituições democráticas serem fracas. O descontentamento social não possuía expressão parlamentar mas actuava pela conspiração e revolução. E é neste âmbito que se insere a linha de *A Aurora*.

Durante a conflagração os anarco-sindicalistas perguntavam-se sobre quais seriam as consequências desta. Pinto Quartim, por exemplo, desejava a paz estabelecida pelos povos e não pelos Estados, ou por decisão das armas¹¹³.

A atitude anti-guerrista passará da contestação até ao derradeiro e fatal momento, porque inevitável, em que se efectiva o confronto armado. Crê-se que a guerra durará por muito tempo, e não será a última, visto a tendência do elemento guerreiro ser para aumentar.

Por um lado é patente a desilusão de que não haverá uma vitória definitiva e todos os povos, sem excepção, sofrem as suas consequências. Isto explicará a condenação dos «patrioteiros», dos platónicos protestos contra a guerra¹¹⁵, dos «perdigueiros» do jornalismo, a soldo da «eloquência do canhão»¹¹⁶. O estalar da greve geral e sua consequente Revolução Social, onde a partida de combatentes era voluntária, bloquea-

ria a guerra inter-estados. A sua beligerância libertária partia das bases para o topo, do domínio da força da consciência e não da consciência da força que ofuscava a razão com falsos ideais de defesa da Independência, da Liberdade, do Progresso, da Civilização e do solo «querido da Pátria». Confrontava-se o Bem e o Mal, ou melhor, Apolo e Dionísio, a Vida e a Morte, a Luz e as Trevas, o Castigo e a Redenção.

NOTAS

- ¹ «Sobre o Congresso de Ferrol», in *A Aurora*, Porto, 25-IV-1915, p. 2
- ² Edgar Rodrigues, *op. cit.*, p. 287.
- ³ «Os Revolucionários ante a guerra», in *A Aurora*, Porto, 18-X-1914, p. 1
- ⁴ B. T., «Os Responsáveis», in *A Aurora* (A. A.), Porto, 24-I-1915, p. 1 e «Sobre o Congresso de Ferrol», in A. A. 25-IV-1915, p. 2
- ⁵ Varius, «Ridendo», in A. A., 2-VII-1916, pp. 3 e 4.
- ⁶ «Que Socialismo!», in A. A., 15-XI-1914, p. 2.
- ⁷ Abel S. Paiva, «A Guerra», in A. A., 1-V-1916, p. 3.
- ⁸ «Comédia de Responsabilidades», in A. A., 30-VIII-1914, p. 1.
- ⁹ «A Pretensa Bancarota da Internacional» in A. A., 29-XI-1914, p. 1 e de E. Malatesta, «Kropotkine e a Guerra» in A. A., 27-XII-1914.
- ¹⁰ «O Socialismo Teutónico e a Guerra», crítica dos sindicalistas italianos extraída de *L'Internazionale*, in A. A., 6-IX-1914, p. 2 e de Giordano Bruno, «Oh! A Social-Democracia...», in A. A., 6-IX-1914, p. 2.
- ¹¹ *idem*, *ibidem*.
- ¹² Alceste D'Ambris, «O Imperialismo do Povo Alemão» texto extraído de *L'Internazionale*, in A. A., 13-IX-1914, p. 1.
- ¹³ «Como se Consolida a «União Sagrada» Alemã, in A. A., 12-XII-1915, pp. 1 e 2.
- ¹⁴ «A Coacção Indirecta», in A. A., 21-III-1915, pp. 1 e 2.
- ¹⁵ «A Propaganda do Ódio», in A. A., 14-III-1915, p. 1 e de Zeno Vaz «Sermões ao Ar Livre», in A. A., 28-V-1916, p. 2.

- ¹⁶ Medeiros e Albuquerque, «O Papa e a Guerra» extraído de *A Lanterna*, in *A. A.*, 29-XI-1914, p. 3.
- ¹⁷ Neno Vasco, «Uma Encíclica Sobre a Guerra», in *A. A.*, 1-V-1915, pp. 3 e 4.
- ¹⁸ André Girard, «A Civilização em Marcha», in *A. A.*, 15-XI-1914, p. 1.
- ¹⁹ Giordano Bruno, «Wagner», in *A. A.*, 15-XI-1914, p. 3.
- ²⁰ Henri Zisly, «A Cultura Alemã / A Alemanha literária e sábia de outrora e de hoje», in *A. A.*, 31-I-1915, p. 2.
- ²¹ A. D., «A Questão das Raças», texto extraído de *La Bataille Syndicaliste*, in *A. A.*, 4-VII-1915, p. 3.3
- ²² Grupo Cosmopolita de Setúbal, «Aos Trabalhadores» in *A. A.*, 9-VIII-1914, p. 1.
- ²³ Almada Negreiros, «Ultimatum Futurista às Gerações portuguesas do séc. XX», in *Op. cit.*
- ²⁴ «A Pátria e o Patriotismo», in *A. A.*, 19-IV-1914, p. 1.
- ²⁵ «Fracassos e Falências», in *A. A.*, 30-VIII-1914, p. 1.
- ²⁶ «A Pátria e o Patriotismo», in *A. A.*, 19-IV-1914, p. 1.
- ²⁷ António Quintanilha, «A Defesa Nacional» in *A. A.*, 5-IV-1914, p. 2.
- ²⁸ Alfredo Guerra, «Patriotas de Gaifonas» in *A. A.*, 15-IV-1914, p. 2.
- ²⁹ Clemente Vieira dos Santos, «O sacrifício dos Parlamentares», in *A. A.*, 28-V-1916, p. 1.
- ³⁰ Amilco, «Ridendo», in *A. A.*, 30-VIII-1914, p. 1 e artigo de Neno Vasco, «O Anão vai para a Guerra», extraído de *A Lanterna*, in *A. A.*, 20-XII-1914, pp. 2 e 3.
- ³¹ Eu, «Factos e Comentários», in *A. A.*, 16-IV-1916, p. 3; «União Sagrada» de 28-V-1916; toda a primeira página do dia 11-1-1916 entre muitos outros.
- ³² C. Rodrigues, «A Imprensa», in *A. A.*, 11-X-1914, p. 1.
- ³³ idem, *ibidem*.
- ³⁴ «O cinematógrafo», in *A. A.*, 24-IX-1916, p. 2.
- ³⁵ «A Caminho da Reacção», in *A. A.*, 21-V-1916, pp. 2 e 3.
- ³⁶ «Marselhesa da Fome», in *A. A.*, 25-II-1916; «Marselhesa da Fome», in *A. A.*, 1-V-1915, p. 3.
- ³⁷ B. T., «Os Responsáveis», in *A. A.*, 24-I-1915, p. 1.
- ³⁸ A. Quintanilha, «A Defesa Nacional», in *A. A.*, 5-IV-1914, p. 2 e U.O.N., «Ao Proletário e à Burguesia», in *A. A.*, 16-VIII-1914, pp. 1 e 2.
- ³⁹ C. Vieira dos Santos, «Piruetas Filosóficas», in *A. A.*, 9-VII-1916, p. 1.
- ⁴⁰ «Lettres aux Abonnés de «La Vie Ouvrière» — La Conférence de Zimmerwald», in *A. A.*, 16-I-1916, p. 2.

- 41 A. Serrano, «Homini Lupus», in A. A., 18-X-1914, p. 2.
- 42 Adolfo A. Nunes, «Considerações», in A. A., 13-IX-1914, p. 3.
- 43 Alfredo Guerra, «As Propostas de Paz», in A. A., 24-XII-1916, n. 1.
- 44 C. Vieira dos Santos, «Abaixo a Guerra», in A. A., 2-VIII-1914, p. 1 e C. Letourneal, «A Guerra», in A. A., 2-VIII-1914, p. 2.
- 45 C. Vieira dos Santos, «Abaixo a Guerra», in A. A., 2-VIII-1914, p. 1.
- 46 C. Rodrigues, «Partida de Soldados», in A. A., 24-I-1915, p. 3; temática discutida no livro *A Malta das Trincheiras*, de André Brun, também ele soldado, numa óptica dialétricamente oposta.
- 47 «A Loucura Guerreira», in A. A., 1-XI-1914, p. 1.
- 48 «Guerra Mecânica e Morte Automática», extracto de uma carta de um correspondente do *Daily Mail*, in A. A., 18-X-1914, p. 1.
- 49 Donela Nienwenhuis, «Causas e Efeitos», in A. A., 24-I-1915, p. 1.
- 50 «Efeitos da Guerra», in A. A., 6-V-1917, p. 2.
- 51 A. A. Nunes, «Portugal e a Guerra», in A. A., 1-XI-1914, p. 2.
- 52 Secção Caleidoscópio, «Projecções» de P. Graciano Martinez, in, A. A., 14-II-1915, p. 4.
- 53 A. Quintanilha, «A defesa das nossas colónias» in A. A., 14-II-1915, pp. 1 e 2 e ainda «A Resistência ao Invasor» in A. A., 14-II-1915, p. 2.
- 54 Alfredo Guerra, «O triunfo dos «mais fortes»», in A. A., 29-XI-1914, p. 2.
- 55 idem, ibidem.
- 56 Maria Conti, «As crianças e a guerra», in A. A., 10-I-1915, p. 2.
- 57 A. Quintanilha, «A defesa das nossas colónias», in A. A., 28-II-1915, pp. 1 e 2.
- 58 C. Rodrigues, «Uma vítima da Guerra», in A. A., 11-IV-1915, p. 1.
- 59 C. Vieira dos Santos, «O Meu Arrependimento», in A. A., 23-IV-1916, p. 1.
- 60 Grupo Propaganda Libertária, «Nós e a Alemanha», in A. A., 19-III-1916, pp. 1 e 2.
- 61 Secção Caleidoscópio, «Vamos para a Guerra» in A. A., 24-I-1915, p. 4.
- 62 A. Quintanilha, «A defesa das nossas colónias», in A. A., 28-II-1915, pp. 1 e 2.
- 63 Manuel da Costa, «Uma Defesa» in A. A., 9-VII-1916, p. 3 e «Atitude do partido socialista francês — resolução de 14 de Junho» in A. A., 31-XII-1915, p. 4.
- 64 Fotografias de Joshua Benoliel in *Ilustração Portuguesa*, 17-IV-1916, apud., António Barreto e Filomena Mónica, *op. cit.*
- 65 Secção Caleidoscópio, «Vamos para a Guerra», extracto de *A Luta*, 14-I-1915, in A. A., 19-III-1915, p. 4.
- 66 Alfredo Guerra, «Patriotas de Gaifonas», in A. A., 15-XI-1914, p. 1.

- ⁶⁷ «A Pátria e o Patriotismo», in A. A., 19-IV-1914, p. 1.
- ⁶⁸ A. Ferdinand Herold, «A Ideia da Pátria», in A. A., 9-VIII-1914, p. 4.
- ⁶⁹ «Os Anarquistas e a Guerra Europeia», in A. A., 31-I-1915, pp. 1 e 2 e «Os Argumentos de Malato», in A. A., 7-II-1915, p. 1.
- ⁷⁰ A. Ferdinand Herold, «A Ideia da Pátria», in A. A., 9-VIII-1914, p. 4.
- ⁷¹ «A Pátria e o Patriotismo», in A. A., 19-IV-1914, p. 1.
- ⁷² «O Patriotismo Natural», in A. A., 1-V-1916, p. 3.
- ⁷³ Yug Sing Tao, «Cartas da China», in A. A., 29-VII-1917, p. 1.
- ⁷⁴ «Logomanias», in A. A., 9-VII-1916, p. 1.
- ⁷⁵ «O Anti-militarismo» in A. A., 12-VII-1914, p. 3 e os artigos intitulados «Manifesto da Conferência de Zimmerwald datados de 17-XII-1916 e de 24-XII-1916.
- ⁷⁶ Pedro Guimarães, «Palavras de um Ministro», in A. A., 19-V-1918, p. 1.
- ⁷⁷ *idem*, *ibidem*.
- ⁷⁸ Alfredo Rosmer, «As Responsabilidades da Guerra, o que diz um sindicalista francês», in A. A., 12-III-1916, pp. 6 e 7.
- ⁷⁹ «Males de Guerra / Sob o regime da fome», in A. A., 27-IX-1914, p. 4.
- ⁸⁰ «A Brigada do Anarquismo», in A. A., 25-III-1917, p. 1.
- ⁸¹ «A Moral Deles», in A. A., 11-VIII-1918, p. 4.
- ⁸² Manuel Joaquim de Sousa, *op. cit.* p. 104.
- ⁸³ Cf. documentos apreendidos, encontrados no Arquivo Histórico Militar, caixas 1262, 1263, 1279, 1280, 1281.
- ⁸⁴ «Pela Paz», in A. A., 7-III-1915, p. 1.
- ⁸⁵ Luís Bertoni, «Permaneçamos Revolucionários», in A. A., 18-IV-1915, p. 1.
- ⁸⁶ «O Congresso de Ferrol», in A. A., 25-IV-1915, p. 1.
- ⁸⁷ «O 1.º de Maio e o Congresso de Ferrol», in A. A., 1-V-1915, p. 1.
- ⁸⁸ «A Guerra e o Congresso de Ferrol», in A. A., 9-V-1915, p. 1.
- ⁸⁹ Além dos artigos já citados sobre o Congresso de Ferrol refira-se ainda os seguintes: «O Congresso de Ferrol» de 11-IV-1915; «Os Corvos Alemães» de 25-IV-1915 e de Manuel Carreira «A Propósito do Congresso de Ferrol», 18-IV-1915, p. 3.
- ⁹⁰ Manuel Joaquim de Sousa, *op. cit.* pp. 105-107.
- ⁹¹ Alexandre Vieira, *op. cit.* 2, p. 90.
- ⁹² Ch. Letourneau, «Os Que Pregam a Guerra», in A. A., 26-XII-1917, p. 2.
- ⁹³ Edgar Rodrigues, *op. cit.*, p. 58.

- ⁹⁴ Mariano de Cavia, «Palácio do Sarcasmo», in A. A., 26-XII-1917, p. 3.
- ⁹⁵ «As reclamações do operariado e as violências injustificadas das modernas autoridades», in A. A., 22-IX-1918, p. 2.
- ⁹⁶ Neno Vasco, «Pobre Mãe», in A. A., 20-I-1918.
- ⁹⁷ Alfredo Guerra, «Um grito subversivo», in A. A., 3-II-1918, p. 1.
- ⁹⁸ «As reclamações do operariado e as violências injustificadas das modernas autoridades», in A. A., 22-IX-1918, p. 2.
- ⁹⁹ C. Vieira dos Santos, «O «piolho» Infeccioso», in A. A., 3-II-1918, p. 1.
- ¹⁰⁰ Alfredo Guerra, «Considerações de Momento», in A. A., 21-IV-1918, p. 1.
- ¹⁰¹ José Miguel, «Na Barricada», in A. A., 10-IX-1916, p. 2.
- ¹⁰² Cite-se o livro de Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo / Ocupação de terras no Vale de Santiago*, Lx. ed. Um de Outubro, 1982, no qual se analisa a ocupação de terras integrada na greve geral (18-XI-1918) e a que também não foram alheias a existência em Odemira de uma Comuna Libertária, a Comuna de Luz, p. 101 e p. 104.
- ¹⁰³ Cf. a primeira página de *A Aurora*, de 11-V-0916.
- ¹⁰⁴ Justo Sereno, «Actualidades, Unidade Nacional», in A. A., 3-II-1918, p. 2.
- ¹⁰⁵ «O Caso Bolo», in A. A., 25-XI-1917, pp. 1 e 2.
- ¹⁰⁶ André Girard, «A Civilização em Marcha», in A. A., 15-XI-1914, p. 1.
- ¹⁰⁷ «Guerra Capitalista não de Princípios», in A. A., 4-IV-1915, p. 1.
- ¹⁰⁸ Almada Negreiros, *Op. cit.*, pp. 32-34.
- ¹⁰⁹ Cf. fotografias de Joshua Benoliel, in *Ilustração Portuguesa*, 17-IV-1916, apud., António Barreto e Maria Filomena Mónica, *op. cit.*
- ¹¹⁰ João Medina, «O Zé Povinho durante a República», in *Clio*, Rev. do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 3, 1981, pp. 111, 112.
- ¹¹¹ e ¹¹² C. Vieira dos Santos, «O povo é uma Criança», in A. A., 20-I-1918, p. 1 e de Neno Vasco, «Pobre Mãe», in A. A., 20-I-1918, p. 3.
- ¹¹³ «Quais serão as consequências da actual guerra», in A. A., 18-VI-1916, p. 1.
- ¹¹⁴ «Patriotismo ou quê?», in A. A., 13-IX-1914, p. 2, onde é afirmado «a guerra é para nós uma derrota certa».
- ¹¹⁵ «O Duelo anglo-germânico», in A. A., 9-I-1916, p. 1.
- ¹¹⁶ «Lettres aux aboonés de «La Vie Ouvrière» La Conference de Zimmerwald», in A. A., 16-I-1916, p. 2.

FONTES IMPRESSAS:

Acordo entre as Potências Aliadas e Associadas Relativo à Contribuição para as Despesas de Libertação dos Territórios da Antiga Monarquia Austro-Húngara (assinada em Saint-Germain-en-Laye, a 10 de Setembro de 1919), Lisboa, Imprensa Nacional, 1920.

Élie Ducommun, «L' Inutilité des Guerres démontré par l'Histoire», in *Les Prix Nobel em 1902*, Stockholm, Imprimerie Royale P. A. Norstedt & Fils, 1905.

Relatório do Delegado da U.O.N. (Segunda Secção), ao Congresso Internacional Pro-Paz / realizado em Ferrol (Espanha) em Abril e Maio de 1915 / Estatutos e Regulamentos da Associação Internacional dos Trabalhadores, Lisboa, Ed. da U.O.N., s. d. [1915?]

Berta de Suttner, *Abajo las Armas! / «Die Waffen Nieder» / Obra laureada con el Premio Nobel en 1905*, Barcelona, Ramón Sopena Ed., s. d.

Periódicos:

A Aurora, Porto, 1910-1919, Red. e Adm.: R. do Cativo, 16-1.º, Porto. Comp. e Imp. na Tip. Peninsular, R. dos Mercadores, 171, Porto. Propriedade do Grupo «Aurora Social».

O Despertar, Lisboa, mensário, órgão das Juventudes Sindicalistas, 1914-1915, ed. Carlos de Sousa, José dos Santos, Alfredo Costa e Mário Domingues.

Germinal, Lisboa, mensário «dedicado aos trabalhadores de orientação anarquista», 1916, ed. Mário Costa, dir., Emílio Costa.

A Guerra Ilustrada, Londres, Tip da Empresa do jornal ilustrado Illustrated London News & Sketch Ltd., 1918.

Revista Militar, Lisboa, Empresa da Revista Militar, 1914-1920.

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA:

- A. B. C., *Gente Portuguesa / Drama num Acto Original*, Paris, Lib., Larousse, 1960.
- Wolfgang Abendroth, *Histoire du Mouvement Ouvrier en Europe*, Paris, Maspero, 1973.
- Aniceto H. Afonso e Marília Guerreiro, «Machado Santos e a Revolta de Tomar», in *História* n.º 31, Maio de 1981, pp. 16 a 29, Lisboa, Pub. Projornal.
- José de Almada Negreiros, «Ultimatum Futurista às Gerações Portuguesas do Século XX», in *Obras Completas / 6 / Textos de Intervenção*, Lisboa, Ed. Estampa, 1972.
- António Barreto e Maria Filomena Mónica, *Retrato da Lisboa Popular em 1900*, Lisboa Ed. Presença, 1982.
- Olivier Bascov, *L'Anarchie et la Guerre*, Paris, Lib. Félix Alcan, 1921.
- Hubert Bourgin, *La Guerre pour la Paix*, Paris, M. Rivière, 1915.
- José Brandão, *Sidónio / «Ele tornará Feito qualquer Outro» / Contribuição para a História do Presidencialismo*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1983.
- Raul Brandão, *Vale de Josafat / Memórias*, vol. III, Lisboa, Perspectivas e Realidades, s. d., 2.ª ed.
- António Cabral, *As Minhas Memórias Políticas / Em plena República / A Catástrofe / Valeu a Pena?...*, Tomo IV, Lisboa, Imprensa Lucas & C.º, 1932.
- João E. Campos Lima, *O Movimento Operário em Portugal*, Porto, Ed. Afrontamento, 1972.
- Francisco Canais Rocha e Maria Rosalina Labaredas, *Os Trabalhadores Rurais do Alentejo e o Sidonismo / Ocupação de Terras no Vale de Santiago*, Lisboa, Ed. Um de Outubro, 1982.
- David de Carvalho, *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*, Lisboa, Seara Nova, 1977.

- Ribeiro de Carvalho, *Maldita Seja a Guerra*, Lisboa, Lumen Empresa Internacional Ed., s. d.
- João de Castro, «Sidónio Pais e o Messianismo Ditatorial», 1.ª Parte de *Um Ano de Ditadura — Discursos e Alocuções de Sidónio Pais*, organizados e compilados por Feliciano de Carvalho, Lisboa, Livraria Carvalho, 1924.
- Agostinho Celso de Campos, *Homem, Lobo do Homem*, Lisboa, Bertrand - Chardron, 1921.
idem, *Portugal em Campanha / Comentário Leve da Grande Guerra*, vol. II, Lisboa, Liv. Aillaud & Bertrand, 1921.
- João Chagas, *Diário*, 4 vols., Lisboa, 1930-1932, 2.ª ed.
idem, *Portugal Perante a Guerra*, Porto, Tip. da Empresa Guedes, 1915.
- Hernâni Cidade, *Quelques Aspects de la Littérature Portugaise de la Grande Guerre*, Lisboa, Instituto Francês em Portugal, 1937.
- Jaime Cortesão, *Memórias da Grande Guerra / Obras Completas / vol. XVII*, Lisboa, Portugalíia, 1969.
- Ramiro da Costa, *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal*, 1.ª vol. 1820 - 1929, Lisboa, Ed. Assírio & Alvim, 1979.
- Jules Destrée, *Les Socialistes et la Guerre Européenne / 1814 - 1915*, Paris, Van Oest, 1916.
- Jacques Droz, *Le Socialisme Démocratique (1864 - 1960)*, Paris, Armand Colin, 1966.
- Teófilo Duarte, *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugalíia, 1941.
- Friedrich Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Lisboa, Ed. Estampa, 1941.
- Ferreira do Amaral, *A Mentira da Flandres e o Medo*, Lisboa, Ed. J. Rodrigues & C.ª, 1922.
- Gen. Ferreira Martins, *História do Exército Português*, Lisboa, Ed. Inquérito Ldª., 1945.
- Gen. Gomes da Costa, *A Batalha do Lys*, Porto, Ed. da Renascença Portuguesa, 1920.
- Jaurès, Potemkine e outros, *As Causas da Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Ed. Estampa, 1977, 2.ª ed.
- James Joll, *Anarquistas e Anarquismo*, Lisboa, Pub. D. Quixote, 1977.
- Robert Kilroy-Silk, *O Socialismo a partir de Marx*, Lisboa, Ed. Ulisseia, 1974.
- António Louçã, «A Aurora denuncia o Significado da Guerra», in *História* n.º 18, Abril de 1980, pp. 56-68, Lisboa, Pub. Projornal.
- Paul Louis, *Cent Cinquante Ans de Pensée Socialiste*, 2 vols., Paris, Lib. Marcel Rivière & Cie., Bib. des Sciences Politiques et Sociales, 1947.
- Vitorino Magalhães Godinho, *Os Mitos Acerca da Origem das Guerras*, Lisboa, Cadernos da Seara Nova, Estudos Políticos e sociais, 1945.



- Sebastião de Magalhães Lima, *O Livro da Paz*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos, 1895.
- Luís Augusto Martins (dir. de), *Portugal na Grande Guerra*, 2 vols., Lisboa, Ed. Ática, 1934.
- João Medina, «O Homem que matou Sidónio Pais», in *História* n.º 10 de Agosto de 1979, pp. 41 a 56, Lisboa, Pub. Pro-Jornal.
- idem, «Da «República Nova» ao «Estado Novo» / Sidonismo e Salazarismo», in *História* n.º 3 de Janeiro de 1979, pp. 2 a 13, Lisboa, Pub. Pro-Jornal.
- idem, «Um Semanário Anarquista durante o Primeiro Governo Afonso Costa: Terra Livre», in *Análise Social*, vol. XVII (67/68/69), *O Movimento Operário em Portugal*, 1981 — 3.º-4.º, pp. 735 a 765.
- idem, «O Zé Povinho durante a República», in *Clio*, rev. do Centro de História da Universidade de Lisboa, vol. 3, 1981.
- Eugéne Menégoz, *La Guerre et le Pacifisme*, Paris, Fischbacher, 1916.
- Maria Filomena Mónica, *A Formação da Classe Operária Portuguesa / Antologia da Imprensa Operária / 1850-1934*, Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1982.
- idem e Luís Salgado de Matos, «Inventário da Imprensa Operária Portuguesa (1834-1934)», in *O Movimento Operário em Portugal / Análise Social*, vol. XVII (67-68-69), 1981 — 3.º-4.º, pp. 1013-1078.
- Luís de Montalvor, *História do Regime Republicano em Portugal*, 2.º vol., Lisboa, Ed. Ática, 1935.
- *The New Cambridge Modern History*, vol. XII, «The Era of Violence (1898-1945)», Cambridge Univ. Press, 1960.
- Aires de Ornelas e Vasconcelos, *Um Ano de Guerra / Agosto de 1914 a Agosto de 1915*, Porto, Magalhães & Moniz, Lda. Ed., 1916.
- idem, *O Segundo Ano de Guerra / Agosto de 1915 a Agosto de 1916*, Porto, Magalhães & Moniz, Lda. Ed., 1919.
- Alferes Carlos Palmeira, *Cenas de Guerra de 1914-1918 / Colectânea de Episódios passados na Grande Guerra entre Militares Portugueses*, Chaves, Tip. Mesquita, 1940.
- António Pacheco Pereira, «Bibliografia sobre Movimento Operário Português desde as origens até 25 de Abril de 1974 (livros e artigos publicados de 1974 a 1980)», in *O Movimento Operário em Portugal / Análise Social*, vol. XVII (67-68-69), 1981 — 3.º-4.º, pp. 989-1011.
- Alfredo Pimenta, *A Significação Filosófica da Guerra Europeia / O Imperialismo Contemporâneo* (conferências realizadas no salão nobre da Liga Naval Portuguesa nas noites de 20 de Março e 1 de Maio de 1915), Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1915.
- Denis Richards, *An Illustrated History of Modern Europe / 1789-1974*, Longman, 1977.
- Edgar Rodrigues, *Os Anarquistas e os Sindicatos / Portugal, 1911-1922*, Lisboa, Ed. Sementeira S.C.A.R.L., 1981.
- António Sérgio, *Ensaio*, Tomo I, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1971.

- Armando Serrano, «Sindicalismo em Portugal até 1925», in *História* n.º 14 de Dezembro de 1979, pp. 71 a 79, Lisboa, Pub. Pro-Jornal.
- Manuel Joaquim de Sousa, *O Sindicalismo em Portugal*, Porto, Ed. Afrontamento, 1976, 5.ª ed.
- António José Telo, «O Exército e a República», in *História* n.º 25 de Novembro de 1980, pp. 2 a 21, Lisboa, Pub. Pro-Jornal.
- Augusto José Monteiro Valente, «A Primeira Guerra Mundial: o Prelúdio do Colapso do Regime Democrático em Portugal», in *História* n.º 64 de Fevereiro de 1984, pp. 2 a 19, Lisboa, Pub. Pro-Jornal.
- António Ventura, «Norton de Matos e as Movimentações Sociais de 1917 (1) / A Greve Telégrafo-Postal e a sua Repressão», in *História* n.º 35 de Setembro de 1981, pp. 16 a 21, Lisboa, Pub. Pro-Jornal.
idem, «Norton de Matos e as Movimentações Sociais de 1917 (2) / A Greve Geral de Solidariedade», in *História* n.º 39 de Janeiro de 1982, pp. 68 a 73, Lisboa, Pub. Pro-Jornal.
- J. M. Gonçalves Viana, *A Evolução Anarquista em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1975.
- Alexandre Vieira, *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, Ed. do Autor, idem, *Para a História do Sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974, 2.ª ed.
- Manuel Vilaverde Cabral, «A Grande Guerra e o Sidonismo (Esboço Interpretativo)», in *Análise Social*, vol. XV (58), 1979 - 2.ª, pp. 373-392.